

## ATA Nº 236

Aos vinte e três dias do mês de setembro de dois mil e vinte, às treze horas e trinta minutos, reuniram-se de forma ordinária, nas dependências do PLASS, os membros do Conselho de Administração do Impres: Juliana Kusnier, Rafael Martini Veiga, Sulany de Fatima Bortolosso Welter, Rubia Karen Provensi, Andre Sauer, Fabiano Grando Poletto, Nivia Moreira Baretto e Marcos Antônio Bordin da Rosa, a suplente Tailise Cristina Kopp justificou sua ausência. A reunião teve início com a aprovação da ata número 235. Dando continuidade a presidente, Juliana Kusnier, falou sobre a reunião realizada no dia dez de setembro no gabinete do prefeito. Participaram do encontro os conselheiros Juliana Kusnier e Rafael Martini, os membros da Diretoria Executiva, Ivone Zanatta, Tiago Dupont Giumbelli, Jhonny George Oliveira de Carvalho e Fernanda Braga, representantes do Sindicato, Jorge Luiz Rosa e Paulo Jose Palla, alguns vereadores, José Otávio Calliari (Tuti), Disnéia de Marco, André Dalcenter, Sergio Fravreto e o assessor jurídico Alexandre Prazeres, os representantes dos servidores, Alceu de Lima, Desiree Pino Gomes, Lara Castagnaro, Miriam Dolzan e Rita Weiss, secretários municipais Michel Carlesso Avila e Maikel Patrzykot e o prefeito Dioclesio Ragnini. O objetivo da reunião era saber qual foi a participação do Sindicato na elaboração do projeto de reforma da previdência e discutir sobre a minuta que foi encaminhada ao legislativo. Ficou esclarecido que os representantes do Sindicato participaram desde o início do processo e que a minuta foi analisada e construída conforme orientações e leis vigentes. Os servidores solicitaram uma Assembleia para explicar para os demais servidores quais serão as novas regras de aposentadoria, ficando agendada para o dia dezenove de outubro no Teatro Alfredo Sigwat, assembleia está que será organizada/apresentada pelo assessor da Câmara de Vereadores Dr. Alexandre Hilario Prazeres. Outra solicitação feita pelos servidores foi a possibilidade de criação de mais uma regra de transição. Como o projeto encontra-se em análise na Câmara de Vereadores, somente poderá ser modificado através de emenda parlamentar, ou a partir de uma eventual retirada para que se possa fazer a alteração. A Diretoria Executiva solicitou autorização do Conselho para realizar dois cálculos atuarial, podendo comparar os resultados, serão enviados os orçamentos na próxima reunião. Também foi encaminhado um orçamento para a implantação do Programa Pró Gestão no valor de catorze mil reais, porém a Diretoria está tentando diminuir o valor proposto. Em relação a previdência complementar que deverá ser implantada até novembro de dois mil e vinte e um, estão sendo feitas tratativas com os bancos para verificar a melhor proposta. Outra informação repassada foi que com o fim do rol de doenças graves, os servidores aposentados por essas doenças passaram a contribuir para o instituto, existindo somente a isenção no imposto de renda. O Conselho Fiscal enviou o ofício 001/2020, aprovando os balancetes de abril, maio e junho de dois mil e vinte, juntamente com uma ata informando o retorno da senhora Eliane Aparecida Ceron Vier para o Conselho na função de presidente. Tal fato chamou

atenção dos conselheiros que entendem que ela não pode aprovar os balancetes do período que estava na função de Diretora Presidente do Impres. Será enviado um ofício ao Conselho Fiscal solicitando explicações sobre como ocorreu o retorno da senhora Eliane, bem como uma recomendação de que a mesma não participe da aprovação dos demonstrativos financeiros dos referidos meses. O Diretor Financeiro enviou o demonstrativo financeiro do mês de julho. Foram concedidas duas aposentadorias no período: Ilton Antonio Schmitz e Marines Ferronato. O Diretor de Previdência e Atuária, Tiago Dupont Giumbelli, participou do encontro para falar sobre o caso da senhora Ieda Ferreira da Silva, que faleceu em dezembro de dois mil e dezessete e continuou recebendo sua aposentadoria até setembro de dois mil e dezenove. Durante esse período o instituto depositou o valor de vinte e cinco mil cento e dois reais e trinta e nove centavos. O banco informou que foi efetuado um saque e foi descontado o valor de três empréstimos consignados no valor de três mil oitocentos e quarenta e cinco reais e setenta e quatro centavos. Estima-se que o valor parado na conta da senhora Ieda é de vinte e um mil e duzentos e cinquenta e seis reais e sessenta e cinco centavos. Foram apresentadas duas formas de recuperar o valor depositado: por meio judicial ou administrativamente direto com o banco. Os conselheiros decidiram por unanimidade receber os valores administrativamente, considerando que a medida atende aos mais altos padrões no que tange ao cumprimento dos princípios norteadores do Direito Administrativo, em especial ao da eficiência, pois por meio judicial o processo poderá levar anos, gerando elevadas custas processuais. Foi solicitado que o Diretor de Previdência e Atuária elabore uma justificativa para que seja arquivado junto a ata. Fato que chamou atenção dos conselheiros foi a demora em suspender o pagamento da senhora Ieda Ferreira da Silva e o Conselho ser comunicado somente agora, um ano após a suspensão do benefício. O Conselho fará uma resolução regulamentando a prova de vida, para que novos casos não voltem a ocorrer. Não havendo outros assuntos a serem discutidos, a reunião foi encerrada.